

Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa

Disclosure of Intangible Assets by Companies of the Electric Energy Sector Listed on the São Paulo Stock Market

Geovanne Dias de Moura¹, Odir Luiz Fank², Patrícia Siqueira Varela³

RESUMO

O estudo objetiva verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica, participantes do Nível 1, 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa, no período de 2006 a 2008. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, conduzida por meio de análise documental, com consulta ao balanço patrimonial, notas explicativas e relatórios de administração. Utilizou-se a técnica da análise temática ou categorial para identificar e reagrupar os intangíveis, de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), que os divide em competência dos funcionários, estrutura interna e externa. Os resultados indicaram aumento no número de empresas que evidenciaram o item ativo intangível, assim como os percentuais de participação deste ativo em relação ao ativo fixo ocasionado, principalmente, por reclassificações e novos investimentos. Além disso, a evidenciação de forma narrativa e monetária do ativo intangível também aumentou. Os sistemas de informações (internos) e contratos de concessão (externos) foram os itens divulgados pelo maior número de empresas. Enfim, houve aumento de informações disponíveis aos usuários, fator que contribui para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Evidenciação. Empresas de Energia Elétrica.

ABSTRACT

This study had the objective of identifying the items related to intangible assets disclosed on the balance sheets of the energy companies that participate in Levels 1 and 2 and the New Market of the São Paulo Stock Market (BM&FBovespa) from 2006 to 2008. Balance sheets, administration reports and explanatory notes were analyzed using content analysis and the technique of category analysis. Intangible assets were identified and re-grouped according to the classification proposed by Sveiby (1998): staff competence, internal structure, and external structure. Results reveal an increase in the number of companies disclosing intangible assets, as well as in the proportion of intangible assets to fixed assets resulting, principally, from reclassification of items and from new investments. Disclosure of intangible assets in both narrative and monetary form also increased. Information systems (internal structure) and concession contracts (external structure) were the items disclosed by the greatest number of companies. It is concluded that the pattern of disclosure of intangible assets by energy companies improved over time, providing greater reliability for decision making.

Keywords: Intangible Assets. Disclosure. Electric Power Companies.

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB - geomoura@terra.com.br

² Universidade Regional de Blumenau - FURB - ofank@al.furb.br

³ Universidade Regional de Blumenau - pvarela@furb.br

1 INTRODUÇÃO

Por estarem inseridas num ambiente altamente competitivo, caracterizado por uma sociedade influenciada pela era do conhecimento e, onde as alterações ocorrem de maneira rápida e constante, as empresas precisam buscar alternativas para se manterem competitivas. Nesse contexto, cresce a importância da administração dos ativos intangíveis, os quais podem ser entendidos como o processo de identificar, desenvolver, disseminar e atualizar a experiência obtida no decorrer dos anos, a tecnologia organizacional e o conhecimento estrategicamente relevante para a empresa, seja por meio de esforços internos, seja por meio de processos que extrapolem suas fronteiras.

Conforme Santiago Júnior e Santiago (2007), as informações e conhecimentos que compõem a empresa são fundamentais para o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades e para a avaliação dos seus objetivos e indicadores. Ainda, conforme os mesmos autores, o conhecimento necessário para a empresa se manter competitiva já está disponível, mas, muitas vezes, inacessível, por não estar adequadamente organizado.

Fleury e Fleury (1997) explicam que a aprendizagem é um processo de mudança, resultante da prática e da experiência anterior, que pode vir ou não a manifestar-se em uma modificação significativa de comportamento. Nonaka e Takeuchi (1997, p. 24) afirmam que “[...] o conhecimento individual está baseado no conjunto de crenças”. Ainda, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), é importante destacar que o conhecimento e seu aprendizado não são inerentes ao ser individual.

Para Edvinsson e Malone (1998, p. 40), esses recursos intangíveis são formados pela “[...] posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado”. Para os autores, esses ativos, de natureza intangível, precisam ser eficazmente gerenciados para proporcionar benefícios futuros e possibilitar a continuidade do negócio. Para que o processo de gerenciamento

se desenvolva com eficiência, considera-se que esses recursos devam ser identificados, mensurados, reconhecidos contabilmente e divulgados (Edvinsson & Malone, 1998).

Afinal, esses recursos intelectuais são fundamentais para as organizações, e para a sociedade de maneira geral, que cada vez mais se tornam dependentes desses recursos que, juntamente com as tecnologias disponíveis, geram benefícios econômicos para aqueles que os possuem (Quinn, 1992, Brooking, 1996, Nonaka & Takeuchi, 1997, Stewart, 1998; Sveiby, 1998, Kayo, 2002, Ritta, Ensslin, & Ronchi, 2010, Moura, 2011).

Verifica-se na literatura; conforme Crawford (1994), Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Sveiby (1998), Caddy (2002); outras definições para esses recursos, tais como ativos intangíveis, recursos intangíveis e ativos intelectuais. O ponto em comum é que todos os autores têm o mesmo pensamento em relação à importância e essencialidade destes itens para a entidade.

No entanto, segundo Hoegh-Krohn e Knivsfly (2000), um grande problema existente para a maioria dos ativos intangíveis, é que eles podem ser de difícil identificação e seus benefícios econômicos futuros, muitas vezes, podem ser considerados mais incertos do que para os ativos tangíveis. Nesse sentido, muitas empresas, podem não estar reconhecendo seus intangíveis como ativos, gerando preocupações com a confiabilidade das demonstrações financeiras que podem ter seu conteúdo informativo diminuído, conforme mencionam Oliveira, Rodrigues e Craig (2010).

Considerando o aumento da importância desses ativos na economia mundial e visando à maximização do poder informativo das demonstrações financeiras, nos Estados Unidos em 2001, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) redefiniu o tratamento dado aos ativos intangíveis para o mercado norte americano com a emissão do pronunciamento nº 142 - *Ágio e Outros Ativos Intangíveis*. Em 2004, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão internacional que publica e atualiza normas internacionais de contabilidade, alterou o texto da norma *International Accounting Standard* (IAS)

nº. 38, prescrevendo novos critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação. No Brasil, em 2008, visando à convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, ocorreu a aprovação do CPC 04 - Ativo Intangível que tem como base o IAS 38 (Moura, 2011).

Esse conjunto de alterações contribui para melhoria da evidenciação de informações por meio dos demonstrativos financeiros, e possibilita que os usuários da contabilidade sejam capazes de compreender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis e o desempenho futuro da empresa, pois, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), um dos objetivos da evidenciação de informações é transmitir confiança para a tomada de decisões. Com base nessa ideia, acredita-se que a evidenciação de informações referentes aos ativos intangíveis torna-se essencial.

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é verificar quais itens compõem os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa, com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas do período de 2006 a 2008.

Os objetivos específicos podem ser assim enunciados: a) analisar quantas empresas evidenciaram o grupo ativo intangível no balanço patrimonial, b) analisar, em percentual, quanto que o ativo intangível representava do ativo fixo total de cada empresa, c) identificar de quais nível de governança corporativa são as empresas que apresentaram maior percentual de ativos intangíveis, d) analisar se os ativos intangíveis são descritos e mensurados monetariamente nos relatórios anuais de administração e notas explicativas.

A relevância de se estudar a evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas de energia elétrica justifica-se pela representatividade do setor na economia e por alguns motivos citados por Moutisen, Bukh e Marr (2005), entre eles: a) a omissão das informações sobre intangíveis pode prejudicar os acionistas minoritários; b) o acesso a informações privilegiadas pelos gestores pode beneficiá-los; c) a liquidez do mercado de ações e o aumento pela busca de ações

de empresas que evidenciam de forma voluntária informações desses intangíveis; d) o perigo da geração de informações incorretas para os investidores, no caso de não divulgar os ativos intangíveis; e e) o aumento no custo de capital, em decorrência de um maior grau de risco imputado às empresas.

O estudo está estruturado em sete seções, iniciando com essa introdução. Em seguida, apresenta o referencial teórico, que aborda ativos intangíveis, classificação dos ativos intangíveis e evidenciação. Após, apresenta os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, faz a descrição e a análise dos dados; e, por último, apresenta as considerações finais do estudo.

2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Esse tema, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), forma uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, e para os autores, a complexidade inicia-se pela dificuldade de definir o que é um ativo intangível. Johanson, Martensson e Skoog (2001) destacam que não existe uma definição geralmente aceita para este tipo de ativo.

Klein e Prusak (1994) conceituam-no como material intelectual que foi formalizado, capturado e alavancado, a fim de produzir um ativo de maior valor. Assim, esse material torna-se capital ao ser capturado, descrito e compartilhado para ser desenvolvido e utilizado em benefício da criação de valor para a empresa, sempre alinhado com seus objetivos estratégicos.

Na literatura, o termo ativo intangível tem sido utilizado como sinônimo de recursos intangíveis, ativos intelectuais, ativos invisíveis, capital intelectual e *goodwill*, conforme pode ser verificado nos estudos de Martins (1972); Crawford (1994); Brooking (1996); Edvinsson e Malone (1998); Sveiby (1998); Stewart (1998); Caddy (2002); Hitt, Ireland e Hoskisson (2003); e Antunes (2004). Neste estudo, adota-se a denominação ativos intangíveis, por entender; assim como nos estudos de Kayo (2002), Kaufmann e Schneider (2004), Schnorrenberger (2005), Vargas (2007) e Moura (2011), que esse termo caracteriza melhor o tema em estudo.

Quinn (1992) menciona que os ativos intelectuais são mais importantes na obtenção de resultados do que os ativos tangíveis e que, aproximadamente, 75% do valor agregado de um determinado produto é proveniente do conhecimento embutido a ele durante seu processo de fabricação.

Edvinsson e Malone (1998, p. 40), mencionam que “[...] é a posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado”. Os autores explicam por meio de uma metáfora, comparando a empresa a uma árvore. A parte visível constituída por tronco, galhos e folhas representa o que é descrito em organogramas, relatórios anuais, demonstrações financeiras e outros documentos. Já as raízes, parte invisível, compõem os intangíveis, formados por fatores dinâmicos que embasam a empresa visível.

Para Stewart (1998), os intangíveis são formados pelo conhecimento, competências, *know-how* e outros itens utilizados pelas empresas para criação de riquezas. Ainda, segundo o autor, os profissionais de contabilidade criam quantidade excessiva de regras para que os ativos e passivos sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, inclusive quanto aos intangíveis, que deveriam ser considerados como algo que transforma a matéria-prima em algo mais valioso, mas os meios tradicionais dificultam seu reconhecimento.

Os intangíveis, como qualquer ativo, necessitam de gestão para que se atendam os objetivos da empresa. Para Stewart (1998), há quatro passos de grande importância para que o gerenciamento desses ativos possa ser realizado:

- a) identificar e avaliar o papel do conhecimento no negócio, elaborando questões como: Quem paga por aquilo que é considerado conhecimento? Quem realiza esse pagamento? Quanto é desembolsado? Será que quem detiver o conhecimento também criará mais valor?
- b) Quais são os conhecimentos, capacidades, marcas, propriedades intelectuais, os processos e outros ativos intelectuais que criam valor para a empresa? Qual é o *mix*

entre capital humano, capital estrutural e de clientes?

- c) Desenvolver uma estratégia de investimento em ativos intelectuais. Verificar quais estratégias existem para aumentar a intensidade de conhecimento de seu negócio e de que maneira pode ser aumentada a capacidade de alavancar os ativos intelectuais?
- d) Melhorar a eficiência do trabalho e conhecimento dos colaboradores, buscando aumentar o conhecimento da produtividade do trabalhador. (STEWART, 1998, p.77)

Para a definição de intangível, Gröjer (2001) descreve que uma opção utilizada tem sido a classificação, por meio de listas de bens intangíveis, que se originam principalmente de observações empíricas, e facilitam o entendimento do tema. Kaufmann e Schneider (2004) mencionam que, de maneira semelhante à diversidade de termos, várias listas de intangíveis classificados em categorias ou classes têm sido apresentadas, principalmente, nos clássicos estudos de Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Stewart (1998) e Sveiby (1998).

3 CLASSIFICAÇÕES DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Brooking (1996) divide os ativos intangíveis em quatro categorias: ativo de mercado, ativo humano, propriedade intelectual e infraestrutura. O ativo de mercado é composto por marca da empresa, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição. O Ativo humano é composto por criatividade, conhecimento, *expertise*, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica. O ativo de propriedade intelectual é dividido em segredos industriais, patentes, *design*, *know-how*. E o ativo de infraestrutura é composto por tecnologias, metodologias, cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais e banco de dados.

Para Edvinsson e Malone (1998) e Stewart (1998), os intangíveis podem ser classificados em três categorias básicas: capital humano, capital estrutural e capital de clientes. Conforme

Edvinsson e Malone (1998), o capital humano inclui toda a capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individual dos empregados e gerentes, como também a capacidade de perceber o posicionamento de uma organização inteligente em um ambiente competitivo em mudança, incluindo a criatividade e a inovação organizacional. Seguindo nessa linha, Stewart (1998, p.68) ressalta a importância do capital humano afirmando que ele “[...] é a fonte de inovação e renovação [...]” dentro da empresa. Ainda para Stewart (1998), o capital humano é formado e empregado quando uma parte maior do tempo e do talento das pessoas que trabalham em uma empresa é dedicada às atividades que resultam em inovação. Como exemplos de capital humano, podem-se destacar: capacidade intelectual, competência, motivação e clima organizacional agradável.

O capital estrutural, para Edvinsson e Malone (1998), é o arcabouço, o *empowerment* e a infraestrutura que dão apoio ao capital humano. Inclui fatores como a qualidade e o alcance dos sistemas informatizados, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais e a documentação, além de itens tradicionais como as marcas, patentes, e direitos autorais, e ainda, a capacidade organizacional em transmitir e armazenar o conhecimento. Para Stewart (1998, p.69), capital estrutural “[...] é tudo aquilo que permite que o capital humano crie valor para a empresa”.

Com o objetivo de organizar o capital estrutural, Edvinsson e Malone (1998) o subdividem em três tipos: a) capital organizacional, que abrange os investimentos da empresa em sistemas, instrumentos e filosofia operacional, tornando o fluxo do conhecimento da organização mais rápido; b) capital de inovação, que incluiu os dois ativos tradicionais que não possuem natureza física: a propriedade intelectual e o saldo remanescente dos ativos intangíveis, como a filosofia com a qual a empresa é administrada; c) capital de processos é constituído por aqueles processos, técnicas e programas direcionados aos empregados, que aumentam e ampliam a eficiência da produção ou da prestação de serviços.

O capital de clientes, de acordo com Edvinsson e Malone (1998), abrange as relações com o ambiente externo, especialmente clientes e fornecedores. Conforme os autores, é no relacionamento com os clientes que o fluxo de caixa se inicia, sendo este um fator determinante para a formação do resultado e para a continuidade do negócio. Para Stewart (1998, p.127), esse componente remete ao “[...] valor adicionado para a empresa (potencial e efetivo) através de relações intangíveis de mercado, as quais também incluem os efeitos dos nomes das marcas e a sensibilidade dos clientes ao preço”. Stewart (1998) ainda menciona que o capital de clientes pode ser considerado como uma derivação das habilidades do ser humano em se relacionar, de manter estratégias de inovação, que permitam a satisfação do cliente e a sua lealdade à empresa.

Sveiby (1998) propõe uma classificação em três grupos: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa. A competência dos funcionários compreende toda a capacidade, o conhecimento, a habilidade e a experiência dos empregados e gerentes. A estrutura interna abrange o investimento em patentes, sistemas, instrumentos e filosofia operacional que servem para agilizar o fluxo de conhecimento pela organização, auxiliando na tomada de decisão. Já o valor da estrutura externa é determinado pelo grau de satisfação com que a empresa soluciona os problemas de seus clientes; tal valor está sempre vinculado a um elemento de incerteza.

A Figura 1 apresenta de forma condensada as classificações propostas pelos autores mencionados acima.

Percebe-se que cada autor citado tem a sua forma de estruturação, mas, apesar de apresentarem nomes diferentes para as categorias e, no caso de Brooking (1996), número de categorias diferentes, convergem para o reconhecimento dos ativos intangíveis oriundos dos funcionários, da infraestrutura interna e do relacionamento com elementos externos à empresa.

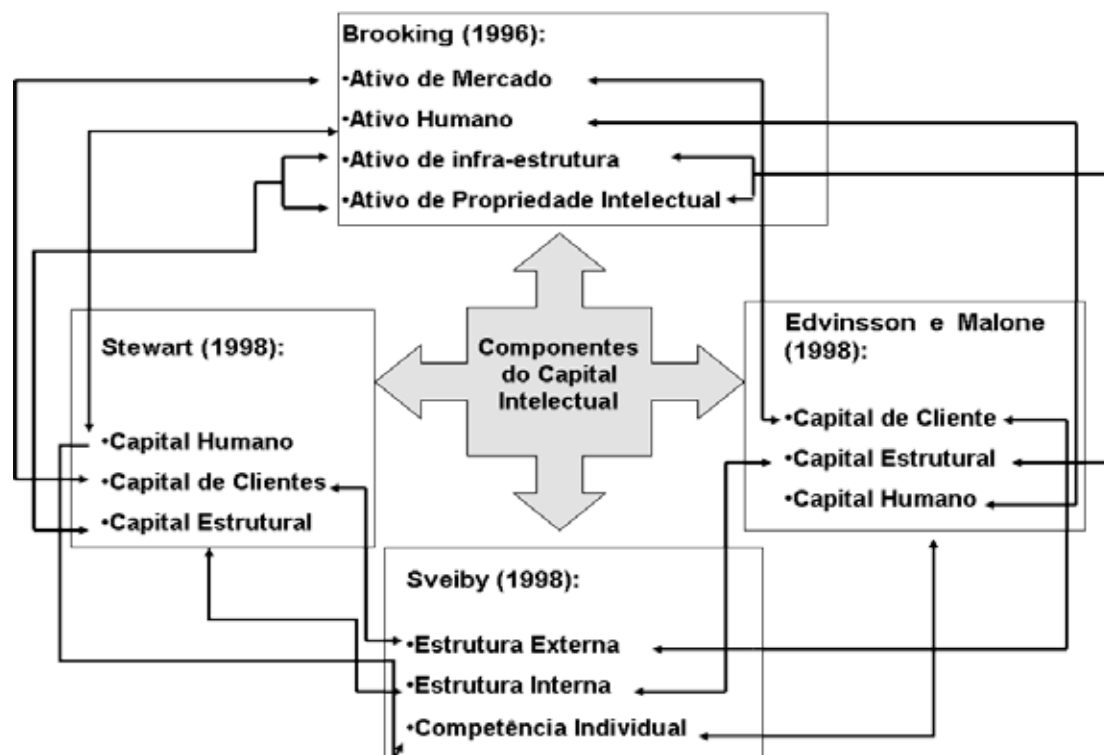


Figura 1 - Classificações propostas por autores clássicos.
 Fonte: Nascimento, Ensslin, Gallon, Haidar (2008, p. 04).

4 EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Torna-se necessário, principalmente, em virtude da relevância e representatividade dos ativos intangíveis, que as informações sobre eles sejam evidenciadas ao mercado, como forma de sinalizar aos investidores que a companhia realmente conhece e sabe quanto valem os seus intangíveis (Antunes, Leite, & Guerra, 2009) e, para proporcionar maior clareza aos diversos *stakeholder,s* que terão seu capital atrelado aos mercados, que ofereçam informações mais confiáveis (Rolim, 2009; Moura, 2011).

Compreender onde se insere a evidenciação ou *disclosure* dentro da contabilidade é muito importante, pois, de acordo com Iudícibus (1997, p. 81), “[...] na verdade, o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. O autor menciona que a evidenciação dos intangíveis pode ser uma al-

ternativa para a contabilidade diminuir as falhas de informações sobre os recursos imateriais, principalmente no que se refere à demanda de informação externa por parte de acionistas e investidores. Esta mesma opinião é compartilhada por Backes (2005).

Para Piacentini (2004, p. 51), “[...] as evidenciações voluntárias são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo do cenário econômico”. Por esse motivo, a evidenciação dos ativos intangíveis pode ser considerada como parte integrante dos processos de criação de valor pela empresa.

A deliberação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários 488/05, a alteração da legislação societária brasileira promovida pela lei Lei nº. 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08 que se transformou na Lei nº 11.941/09, vieram com o intuito de colaborar para uma maior afe-

rição dos elementos intangíveis das empresas, com a criação do subgrupo intangível dentro do grupo permanente no balanço patrimonial. Além disso, existe o [Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis](#), cujo objetivo é definir os tratamentos contábeis destes tipos de ativos não abrangidos especificamente em outro pronunciamento, e que será adotado no processo de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, previsto para o exercício financeiro de 2010 para as empresas de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras.

No entanto, até a aprovação destes regulamentos, a evidenciação voluntária dos intangíveis é que vinha exercendo o importante papel de possibilitar mais informações aos *stakeholders*. Essas evidenciações voluntárias eram realizadas por meio do relatório da administração, utilizado para divulgar dados sobre a situação da empresa para o público externo e alguns itens podiam também ser identificados em notas explicativas, mas enquanto componente de outros subgrupos de ativo, tal como o diferido.

Segundo um estudo feito pelo FASB- Financial Accounting Standards Board - nos Estados Unidos (como citado em Piacentini, 2004, p. 53) descobriu-se que:

1. muitas companhias têm a iniciativa de fazer evidenciações voluntárias, frequentemente; uma grande quantidade de informações de negócios que aparecem pode ser utilizada como um meio de comunicação de informações para os investidores;
2. a evidenciação voluntária é importante, com exceção das informações que sinalizam tendências para o futuro; este fato se deve à velocidade das mudanças que ocorrem no ambiente dos negócios;
3. *disclosures* voluntários sobre assuntos que são importantes para sucessos individuais de companhias são muito úteis, particularmente *disclosures* de conceitos de gestão de companhias “fatores críticos de sucesso” e tendências que norteiam estes fatores;
4. dados adicionais sobre o valor dos intangíveis poderiam ser benéficos, em função da importância do valor dos intangíveis para as companhias;

5. embora muitas companhias estejam procurando munir-se de informações para o futuro, existem formas de melhorar, ampliando significativamente este aspecto;
6. evidenciações voluntárias não deveriam somente disseminar boas novas, mas também fatores negativos. *Disclosures* são muito úteis para relatar previamente planos, metas e os resultados atingidos nas reuniões das companhias;
7. os indicadores usados pelas companhias para gerenciar operações e dirigir negócios estratégicos são, frequentemente, utilizados nas evidenciações voluntárias;
8. as companhias são encorajadas a continuar melhorando seus relatórios de negócios, a experimentar que tipos de informações devem ser evidenciadas e as formas como as informações devem ser evidenciadas. (Tradução livre).

Pelas normas e práticas contábeis brasileiras, existem evidenciações obrigatórias e voluntárias sobre ativos intangíveis. A evidenciação obrigatória segue normas restritivas, como por exemplo, o reconhecimento de ativos intangíveis pelo valor de aquisição. No entanto, as empresas buscam evidenciar também, de forma voluntária, seja para utilizar no gerenciamento interno, seja para demonstrar aos seus usuários externos, seus ativos intangíveis que auxiliam para um crescimento no mínimo sustentável da companhia. A evidenciação de informações pode revelar o nível de transparência da empresa e pode funcionar como instrumento de *marketing*, pois, ao evidenciar os seus recursos e estratégias, ela está se revelando para os usuários, tornando-se aparentemente mais confiável.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo principal verificar quais itens compõem os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa, com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas

explicativas do período de 2006 a 2008. Para Raupp e Beuren (2006, p.81), “[...] a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda.” Para os autores, descrever significa identificar, relatar, entre outros aspectos.

Quanto à abordagem do problema, apresenta-se como uma pesquisa qualitativa. Para Raupp e Beuren (2006, p.92) “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Segundo a autora, a abordagem qualitativa visa a destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo.

Para a coleta de dados, realizou-se pesquisa documental definida por Raupp e Beuren, (2006, p. 89) como aquela que “[...] baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Os autores descrevem ainda que “[...] sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”.

Além disso, para a coleta e o tratamento dos dados utilizou-se a técnica da análise temática ou categorial que, de acordo com Bardin (2002), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, buscaram-se os diferentes intangíveis descritos pelas companhias em seus relatórios, e, posteriormente, realizou-se o seu reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), na qual o autor classifica os intangíveis em três grupos, a saber: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa, conforme já descrito no referencial teórico.

O universo da pesquisa foi composto por 63 companhias de energia elétrica que negociam suas ações na BMF&Bovespa e a amostra é composta pelas 14 empresas participantes dos níveis diferenciados de Governança Corporativa: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2. A coleta de dados foi realizada em meados de fevereiro

de 2010 no *site* da BMF&Bovespa. Na Tabela 1, são apresentadas as empresas que compõem a amostra.

Tabela 1- Empresas que compõem a amostra.

Razão Social	Nível de G.C.
Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobrás	N1
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1
Cia Paranaense de Energia - Copel	N1
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2
Eletropaulo Metrop. Elétr. São Paulo S.A.	N2
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2
Cpfl Energia S.A.	NM
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM
Equatorial Energia S.A.	NM
Light S.A.	NM
Mpx Energia S.A.	NM
Tractebel Energia S.A.	NM

Fonte: dados da pesquisa.

A utilização dessas empresas para a pesquisa se justifica por participarem dos níveis de governança corporativa, que são segmentos de listagem destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação, ampliando os direitos dos acionistas, melhorando a qualidade das informações entre outros:

1. Nível 1: práticas diferenciadas de governança corporativa, que contemplam basicamente regras de transparência e dispersão acionária;
2. Nível 2: além das regras de transparência e dispersão acionária exigidas no Nível 1, contempla também as de equilíbrio de direitos entre acionistas controladores e minoritários.
3. Novo Mercado: conjunto ainda mais amplo de práticas de governança. A grande diferença do Novo Mercado para os Níveis é a proibição de emissão de ações preferenciais: no Novo Mercado, as empresas devem ter somente ações ordinárias. (BM&FBOVESPA, 2010).

A adesão a essas práticas de governança

distingue a companhia como Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado dependendo do grau de compromisso assumido pela empresa.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos relatórios de administração e notas explicativas das empresas de energia elétrica, foram obtidas as informações apresentadas a seguir, sobre a evidenciação dos ativos intangíveis separadas nos seguintes tópicos: a) empresas que evidenciaram ativo intangível no balanço patrimonial; b) percentual do ativo intangível com relação ao total do ativo permanente de cada empresa, no final dos exercícios de 2006 a 2008; c) forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas; d) intangíveis evidenciados na amostra pesquisada entre 2006 e 2008.

A Tabela 2 indica quais empresas mensuraram, de forma monetária, ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais nos anos de 2006 a 2008. É possível verificar que no ano de 2006,

das 14 empresas analisadas, 9 (64,29%) delas evidenciaram os ativos intangíveis no balanço patrimonial e 5 (35,71%) delas não os evidenciaram. No ano de 2007 o número de empresas que apresentaram ativos intangíveis aumentou para 11 (78,57%) e, no ano de 2008, o número elevou-se para 13 (92,86%) empresas, ou seja, uma única empresa (CESP-Cia Energética de São Paulo) não possuía ativos intangíveis mensurados de forma monetária em seu balanço patrimonial. Percebe-se que houve um aumento de 44,44%, de 2006 para 2008, no número de empresas que mensuraram ativos intangíveis. Também é interessante notar que, no ano de 2006 as empresas do Novo Mercado foram as que menos evidenciaram esse índice; no ano de 2007, houve uma equivalência entre os níveis e, no ano de 2008, a única empresa que não os evidenciou estava classificada no Nível 1.

É importante destacar que, com a Deliberação CVM 488/05, a figura do ativo intangível passa a ser um componente obrigatório nos balanços patrimoniais das empresas de capital aberto. Portanto, foi investigado se as empresas não tinham ativos intangíveis ou se não estavam

Tabela 2 - Evidenciação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial - Empresas de Energia Elétrica - período 2006 a 2008.

Razão Social	Nível de G.C.	Evidenciação de ativos intangíveis no balanço patrimonial		
		2006	2007	2008
Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobrás	N1	Sim	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1	Sim	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia - Copel	N1	Sim	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Sim	Sim
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Não	Não	Sim
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Não	Sim	Sim
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Não	Sim	Sim
Light S.A.	NM	Sim	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Não	Não	Sim
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

seguinto o que foi deliberado. Verificou-se que a Equatorial Energia S.A. e Cplf Energia S.A., no ano de 2006, possuíam ativos intangíveis ainda evidenciados em outros grupos, tais como investimentos, e que, no ano de 2007, realizaram uma reclassificação para a conta de ativo intangível. A empresa Mpx Energia S.A. e Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A. fizeram investimentos que resultaram nos registros de ágil apenas no ano de 2008 e foram contabilizados diretamente na conta de ativos intangíveis e não relataram sobre outros intangíveis. A empresa Cesp - Cia Energética de São Paulo - não realizou investimentos que resultassem em registro de ágil e também não foram identificados outros intangíveis.

Os dados da Tabela 3 apresentam, em percentuais, quanto que os ativos intangíveis das empresas analisadas representam dos ativos permanentes totais no ano de 2006. Em primeiro lugar, destaca-se no *ranking* a empresa Light S.A, cujo ativo intangível representava 6,60% do ativo permanente total. Em seguida, merecem destaque a empresa Cia Energética de Minas Gerais - Cemig (4,18%) - e a empresa EDP Energias do Brasil S/A (2,91%). Das 14 empresas, 5 não possuíam ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial e 2 apresentaram percentuais inferiores a 1%; são

elas, a empresa Tractebel Energia S.A. (0,84%) e a empresa Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobás. Cabe destacar que, entre as empresas que possuem ativos intangíveis, as participantes do Novo Mercado são as que apresentaram maiores percentuais.

Na Tabela 4, estão as informações, em percentuais, da relação entre ativos intangíveis e ativos permanentes referentes ao final do exercício de 2007. Nesse ano, destacou-se a empresa CPFL Energia S.A. que apresentou em seu balanço patrimonial o expressivo valor de R\$ 2.855.825,00 em ativos intangíveis, que representavam 31,86% do ativo permanente total e classificou-se em primeiro lugar no *ranking*. Também merecem destaque a empresa Equatorial Energia S.A. (25,13%) e a empresa EDP Energias do Brasil S.A. Esta se manteve em terceiro lugar no *ranking*, mas evidenciou um grande aumento no ativo intangível que, em 2007, passou a representar 10,95% do ativo permanente total.

Das 14 empresas, duas apresentaram percentuais de ativo intangível inferiores a 1%; são elas: Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobás (0,59%) - e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (0,21%). Já a CESP - Cia Energética de São Paulo, Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A. - e Mpx Energia S.A. não apresentaram

Tabela 3 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2006.

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2006 (Reais mil)	Total ativo intang. 2006 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Light S.A.	NM	4.109.571	271.090	6,60
2	Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1	11.828.532	494.231	4,18
3	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	5.480.853	159.674	2,91
4	Cia Paranaense de Energia - Copel	N1	7.081.641	125.471	1,77
5	Transm. Aliança de Energia Elétrica S.A.	N2	2.110.802	32.329	1,53
6	Cteep - Cia Transm. Energ. Elétr. Paulista	N1	3.879.570	57.505	1,48
7	Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	6.481.202	72.820	1,12
8	Tractebel Energia S.A.	NM	4.297.847	36.045	0,84
9	Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobás	N1	83.744.191	417.954	0,50
10	Cplf Energia S.A.	NM	8.306.965	-	-
11	Equatorial Energia S.A.	NM	964.017	-	-
12	Mpx Energia S.A.	NM	17.505	-	-
13	Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	1.447.402	-	-
14	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	17.562.756	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2007.

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2007 (Reais mil)	Total ativo intang. 2007 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Cpfl Energia S.A.	NM	8.964.378	2.855.925	31,86
2	Equatorial Energia S.A.	NM	1.109.030	278.684	25,13
3	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	5.712.776	625.605	10,95
4	Light S.A.	NM	4.353.931	280.958	6,45
5	Cia Energética de M.G. – Cemig	N1	12.056.671	531.724	4,41
6	Eletropaulo Metrop. Elétr. S.P. S.A.	N2	6.673.725	215.893	3,23
7	Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	7.207.000	116.491	1,62
8	Tractebel Energia S.A.	NM	4.834.193	72.081	1,49
9	Cteep - Cia Trans. Energ. Eletr. Paulista	N1	4.140.004	57.600	1,39
10	Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	80.977.553	474.485	0,59
11	Transm. Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	2.319.851	4.976	0,21
12	Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	1.828.054	-	-
13	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	17.399.055	-	-
14	Mpx Energia S.A.	NM	204.472	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais. Cabe destacar que, em 2007, as empresas do Novo Mercado foram as que apresentaram maiores percentuais de ativo intangível em relação ao ativo permanente total.

Nota-se um grande aumento dos percentuais em 2007. Tal fato ocorre por que em 2006 as empresas passaram a apresentar o balanço patrimonial sob a nova estrutura e algumas empresas como a Equatorial Energia S.A. e Cpfl Energia S.A. possuíam ativos intangíveis ainda

evidenciados em outros grupos, tais como investimentos. Contribuíram também para o aumento dos percentuais novos investimentos realizados em ativos intangíveis.

Os dados da Tabela 5 apresentam, em percentuais, quanto que os ativos intangíveis das empresas analisadas representavam dos seus ativos permanentes totais, no final do exercício de 2008. Destaca-se novamente, em 2008, a empresa CPFL Energia S.A., permanecendo em primeiro lugar no ranking com um ativo intan-

Tabela 5 – Participação do ativo intangível no ativo permanente – Empresas de energia elétrica – Final do Exercício 2008.

Ranking	Razão Social	Nível de G.C.	Total ativo perm. 2008 (Reais mil)	Total ativo intang. 2008 (Reais mil)	Percentual ativo intang.
1	Cpfl Energia S.A.	NM	9.438.617	2.700.136	28,61
2	Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	7.394.443	1.318.505	17,83
3	Equatorial Energia S.A.	NM	2.490.229	364.905	14,65
4	Centrais Elétr. De Santa Catarina S.A.	N2	1.968.415	125.298	6,37
5	Light S.A.	NM	4.621.083	281.608	6,09
6	Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	N1	12.707.950	604.437	4,76
7	Eletropaulo Metrop. Elétr. S.P. S.A.	N2	6.689.524	256.929	3,84
8	Tractebel Energia S.A.	NM	6.795.790	126.715	1,86
9	Cteep - Cia Trans. Energ. Eletr. Paulista	N1	4.309.881	75.267	1,75
10	Mpx Energia S.A.	NM	1.245.597	21.111	1,69
11	Cia Paranaense de Energia – Copel	N1	7.562.732	118.119	1,56
12	Centrais Elétr. Bras. S.A. – Eletrobás	N1	86.535.350	375.811	0,43
13	Transm. Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	2.809.645	3.439	0,12
14	Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	14.636.692	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

gível de 28,61% do ativo permanente total. A empresa EDP Energias do Brasil S.A. passou a ocupar o segundo lugar, pois apresentou um significativo aumento de seus intangíveis, que passaram a representar 17,83% e a empresa Equatorial Energia S.A. caiu para a terceira posição com um percentual de 14,65%.

Das 14 empresas, duas apresentaram percentuais de ativo intangível inferiores a 1%: Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobrás (0,43%) - e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (0,12%). A CESP - Cia Energética de São Paulo não apresentou ativos intangíveis em seu balanço patrimonial. Cabe destacar que, no final do exercício de 2008, novamente, as empresas do Novo Mercado são as que apresentaram maiores percentuais de ativo intangível em relação ao ativo permanente total. Talvez, este resultado possa estar relacionado ao fato de as empresas constantes no Novo Mercado estarem sujeitas a um conjunto ainda mais amplo de práticas de governança do que no Nível 1 e Nível 2.

Buscou-se, nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas referentes ao exercício de 2006, verificar se as empresas evidenciaram de forma narrativa e/ou em valores monetários os itens que compunham o ativo in-

tangível do balanço patrimonial. A Tabela 6 sinaliza que, das 14 empresas, 9 apresentaram ativos intangíveis no balanço patrimonial, conforme descrito na Tabela 2, e indicaram de forma narrativa quais itens que compunham o ativo intangível. Percebe-se, também, que uma das empresas (Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista) descreve de forma narrativa, mas não atribui valores a cada item referenciado.

A Tabela 7 apresenta os resultados obtidos sobre a forma de evidenciação dos ativos intangíveis referente ao final do exercício de 2007, indicando novamente que, das 14 empresas, as 11 empresas que apresentaram ativos intangíveis no balanço patrimonial, conforme descrito na Tabela 2, indicaram de forma narrativa quais itens que compunham o ativo intangível. Percebe-se, novamente, que apenas a empresa Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista descreve de forma narrativa, mas não atribui valores a cada item referenciado.

Na Tabela 8, demonstram-se os resultados obtidos da análise sobre a forma de evidenciação para o exercício findo em 2008. Nova-

Tabela 6 – Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas – Empresas de energia elétrica – Exercício de 2006.

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobrás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia - Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Não	Não
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Não	Não
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Não	Não
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Não	Não
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7 – Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas – Empresas de energia elétrica – Exercício de 2007.

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobrás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia - Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Não	Não
Eletropaulo Metrop. Elétr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Não	Não
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

mente, das 14 empresas, as 13 empresas que mensuram monetariamente ativos intangíveis no balanço, conforme descrito na Tabela 2 indicaram, de forma narrativa, quais itens que compunham o ativo intangível. Novamente, permaneceu apenas a empresa Cteep - Cia

Transm. Energia Elétrica Paulista - com descrição narrativa, mas sem atribuição de valores a cada item referenciado.

Com exceção da Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista -, todas as empresas divulgaram, de forma narrativa, informações sobre os recursos intangíveis, fortalecendo os objetivos da contabilidade de garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

Tabela 8 - Forma de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios anuais de administração e notas explicativas - Empresas de energia elétrica - Exercício de 2008.

Razão Social	Nível de G.C.	Forma de evidenciação do ativo intangível	
		Narrativa	Valorizada
Centrais Elétr. Bras. S.A. - Eletrobás	N1	Sim	Sim
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1	Não	Não
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1	Sim	Sim
Cia Paranaense de Energia - Copel	N1	Sim	Sim
Cteep - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	Sim	Não
Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	N2	Sim	Sim
Eletropaulo Metrop. Elétr. São Paulo S.A.	N2	Sim	Sim
Transmissora Aliança de Energ. Elétrica S.A.	N2	Sim	Sim
Cpfl Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Edp - Energias Do Brasil S.A.	NM	Sim	Sim
Equatorial Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Light S.A.	NM	Sim	Sim
Mpx Energia S.A.	NM	Sim	Sim
Tractebel Energia S.A.	NM	Sim	Sim

A Tabela 9 apresenta os itens do ativo intangível evidenciados no balanço patrimonial, que foram citados de forma narrativa e mensurados, individualmente, nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas das empresas analisadas referentes ao período de 2006 a 2008. Seguindo a classificação de Sveiby (1998) em três grupos (estrutura interna, estrutura externa e competência dos funcionários), os resultados indicaram que as empresas sob análise possuem uma estrutura intangível interna composta por patentes, direitos autorais, recursos de infraestrutura e sistemas de informação. Uma estrutura externa composta por marcas, contratos de concessão e ágil sobre investimentos. Como competência dos funcionários identificou-se o *know-how*.

Entre os intangíveis evidenciados destacam-se os sistemas de informações, que, no ano de 2006, foram mensurados por 7 (50%) das 14 empresas e, no ano de 2008, foram mensurados por 10 (71,43%) das 14. Destacam-se

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 9 - Tipos de ativos intangíveis evidenciados - Empresas de energia elétrica - Período 2006 a 2008.

Intangíveis evidenciados na amostra pesquisada	Total de empresas	Empresas que evidenciaram ativos intangíveis					
		2006		2007		2008	
		Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
Capital Interno							
Patentes	14	1	7,14	2	14,29	3	21,43
Direitos autorais	14	2	14,29	2	14,29	2	14,29
Recursos de infraestrutura	14	2	14,29	3	21,43	6	42,86
Sistemas de informações	14	7	50,00	9	64,29	10	71,43
Capital Externo							
Marcas	14	4	28,57	6	42,86	6	42,86
Contratos de Concessão	14	7	50,00	8	57,14	9	64,29
Ágio sobre investimentos	14	6	42,86	6	42,86	6	42,86
Competências funcionários							
<i>Know-how</i>	14	2	14,29	3	21,43	4	28,57

Fonte: dados da pesquisa.

também os contratos de concessão que, em 2006, foram evidenciados por 7 (50%) empresas e, no ano de 2008, por 9 (64,29%) das 14. Ágio sobre investimentos, marcas e recursos de infraestrutura foram evidenciados monetariamente pelo mesmo número de empresas (6), porém os recursos de infraestrutura foram os que mais evoluíram de 2006 para 2008, pois, em 2006 eram mensurados por apenas 2 (14,29) das 14 empresas. E, em menores percentuais, têm-se *know-how*, patentes e direitos autorais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar quais itens compunham os ativos intangíveis, mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de energia elétrica participantes do Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa, com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas referentes ao período de 2006 a 2008.

No que tange à quantidade de empresas que evidenciaram os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, verificou-se que, no ano de 2006, das 14 empresas analisadas, 9 (64,29%) delas apresentaram esta informação. No ano de 2007, foram 11 (78,57%) delas e, no ano de 2008, o número elevou-se para 13 (92,86%). Percebe-se que houve um aumento de 44,44% no número de empresas que evidenciaram o ativo intangível no balanço patrimonial de 2006 para 2008. Vale lembrar que, em 2006, passou a vigorar a deliberação da CVM, que reestruturou o balanço patrimonial, com o subgrupo ativo intangível compondo o ativo permanente.

Pela análise da participação do ativo intangível no ativo permanente, observou-se um aumento considerável nos percentuais de participação, isso porque, mesmo com a nova estrutura do balanço patrimonial em vigor, algumas empresas, como a Equatorial Energia S.A. e CpfL Energia S.A., possuíam ativos intangíveis ainda evidenciados em outros grupos ou subgrupos do balanço patrimonial, tais como investimentos. Contribuíram também para o aumento do percentual novos investimentos realizados em ativos intangíveis.

Ainda em relação ao percentual de participação, destacou-se, no ano de 2006, em primeiro lugar no *ranking* a empresa Light S.A, com um percentual de 6,60% do ativo permanente total. No ano de 2007, a empresa CPFL Energia S.A. apresentou 31,86% do seu ativo permanente composto por ativos intangíveis, ocupando a primeira posição. Já, em 2008, novamente a empresa CPFL Energia S.A. permaneceu em primeiro lugar no *ranking* com um ativo intangível que representava 28,61% do ativo permanente total. Os maiores percentuais foram apresentados pelas empresas do Novo Mercado, o que pode estar relacionado com o fato de estarem sujeitas a um conjunto mais amplo de práticas de governança.

Com base nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas do período de 2006 a 2008, buscou-se verificar se as empresas evidenciavam, de forma narrativa e em termos monetários, os itens que compunham o ativo intangível do balanço patrimonial. Os resultados demonstraram que, das 14 empresas, 71,43% descreveram de forma narrativa a composição do ativo intangível. No ano de 2007, houve um aumento para 78,57% e, no ano de 2008, houve novamente um aumento para 92,86%. Apenas uma empresa indicou a composição do ativo intangível de forma narrativa, mas não em termos monetários. No período, ocorreu um aumento no nível de evidência sobre os recursos intangíveis, fortalecendo os objetivos da contabilidade de garantir informações diferenciadas para os usuários para o processo de tomada de decisão, reduzindo a assimetria de informações entre usuários internos e externos, principalmente acionistas e investidores.

Os ativos intangíveis evidenciados pela empresas foram classificados, de acordo com a proposta de Sveiby (1998), em três grupos: estrutura interna, estrutura externa e competência dos funcionários, e os resultados indicaram que as empresas sob análise apresentaram uma estrutura intangível interna composta por patentes, direitos autorais, recursos de infraestrutura e sistemas de informação; na estrutura externa, os ativos intangíveis eram marcas, contratos de concessão e ágio sobre investimentos; e, como competência dos funcionários, destacou-se o *know-how*.

Perceberam-se mudanças significativas na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas de energia elétrica participantes dos níveis de governança corporativa, principalmente, em relação ao aumento das informações disponíveis aos usuários, fator que possibilita bases mais confiáveis para a tomada de decisões.

Para pesquisas futuras, sugere-se acompanhar as escolhas contábeis quanto à evidenciação de tais ativos, buscando identificar os impactos da adoção das normas internacionais, não somente para as empresas do setor de energia elétrica, mas também para outros setores, inclusive com estudos comparativos entre setores.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. T. P. (2004). *A influência dos Investimentos em Capital Intelectual no desempenho das empresas: Um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Antunes, M. T. P., Leite, R. S., & Guerra, L. F. (2009). Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 9.
- Backes, R. G. (2005). *Evidenciação do capital intelectual: análise de conteúdo dos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras*. Dissertação de mestrado, Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Backes, R. G., Wiethaeuper, D., Ott, E. (2005). A evidenciação do capital intelectual por companhias abertas brasileiras: uma análise de conteúdo. *Anais do Congresso Internacional de Custos*, Florianópolis, SC, Brasil, 9.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Beuren, I. M (Org.), Longaray, A. A., Raupp, F. M., Sousa, M. A. B., Colauto, R. D., & Porton, R. A. B. (2004). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- BM&FBovespa. Recuperado em 24 fevereiro, 2010, de <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>.
- Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado em 24 fevereiro, 2010, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm.
- Brooking, A. (1996). *Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise*. Boston: Thomson Publishing.
- Caddy, I. (2002). Issues concerning intellectual capital metrics and measurement of intellectual capital. *Singapore Management Review*, 24(3).77-88.
- Crawford, R. (1994). *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas.
- Edvinsson, L., & Malone, M. S. (1998). *Capital Intelectual*. São Paulo: Makron Books.
- Fleury, A., & Fleury, M. T. L. (1997). *Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Gröjer, J. E. (2001). Intangibles and accounting classifications: in search of a classification strategy. *Accounting, Organizations and Society*, 26, 695-713.
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Hitt, M. A., Ireland, R. D., & Hoskisson, R. E. (2003). *Administração Estratégica: Competitividade e globalização*. 4. ed. São Paulo: Thomson.
- Hoegh-Krohn, N., & Knivsfly, K. (2000). Accounting for intangibles assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: challenges and a solution. *International Journal of Accounting*, 35(2), 243-265.
- Iudícibus, S. (1997). *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

- Johanson, U., Martensson, M., & Skoog, M. (2001). Mobilizing change through the management control of intangibles. *Accounting, Organizations and Society*, 26, p. 715-733.
- Kaufmann, L., & Schneider, Y. (2004). Intangibles: a synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*, 5(3), 366-388.
- Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangívelintensivas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Klein, D. A., & PRUSAK, L. (1994). *Characterizing Intellectual Capital*. Work paper do programa multicliente da Ernest & Young Center for Business Innovation, Boston.
- Martins, E. (1972). *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Moura, G. D. (2011). *Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa*. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.
- Mourtisen, J., Bukh, P. N., & Marr, B. (2005). *Perspectives to informing the intellectual capital*. Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Nascimento, S., Ensslin, S.R., Gallon, A. V., & Haidar, S. (2008). *A Gestão do Capital Intelectual em Grandes Empresas Brasileiras*. -Anais do Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação, São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus.
- Oliveira, L., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2010). Intangible assets and value relevance: Evidence from the Portuguese stock exchange. *The British Accounting Review*, 30, 1-12.
- Piacentini, N. (2004). *Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.
- Quinn, J. B. (1992). *Intelligent enterprise*. New York: The Free Press.
- Ritta, C. O., Ensslin, S. R., & Ronchi, S. H. (2010). A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 9(1), 62-75.
- Rolim, M. V. (2009). *Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Santiago Júnior, J. R. S., & Santiago, J. R. S. (2007). *Capital Intelectual: O grande desafio das organizações*. São Paulo: Novatec Editora.
- Schnorrenberger, D. (2005). *Identificando, avaliando e gerenciando recursos organizacionais tangíveis e intangíveis por meio de uma metodologia construtivista (MCDA): Uma ilustração na área econômica-financeira*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.
- Sveiby, K.E. (1998). *A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.
- Stewart, T. A. (1998). *Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus.
- Vargas, V. C. C. (2007). *Medida padronizada para avaliação de intangíveis organizacionais por meio da teoria da resposta ao item*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, - SC, Brasil.